
CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

ATA N.º 2/2022

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas, reuniu, em sistema misto (presencial e a distância, por videoconferência), o Conselho Geral do Instituto Politécnico de Santarém, presidido pelo seu Presidente, Hermínio Paiva Fernandes Martinho, que, depois de verificada a existência de quórum, deu início à reunião, tendo como Ordem de Trabalhos (OT):

1. Informações;
2. Aprovação da Ata da reunião anterior (Ata n.º 1);
3. Ponto de situação dos trabalhos da Comissão de Revisão dos Estatutos;
4. Ponto de situação dos trabalhos de elaboração da Estratégia 2020/2030;
5. Fixação do valor das propinas devidas pelos estudantes para 2022-2023;
6. Apreciação do Regulamento Disciplinar dos Estudantes, Carta de Direitos e Garantias e Código de Ética, de Conduta e de Boas Práticas do Instituto Politécnico de Santarém.

Estiveram presentes os Conselheiros:

- a) Presencialmente: Hermínio Martinho (Presidente do Conselho Geral), Maria do Céu Martins e, ainda, o Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Santarém, João Moutão.
- b) A distância, Cristina Novo, Marília Henriques, Pedro Sequeira, António Vicente, Nuno Jorge, Maria do Céu Roldão, Pedro Ribeiro, Vânia Neto, Miguel Castanho, João Nascimento, Maria Regina Ferreira, Teresa Coelho e Leonor Teixeira.
- c) Faltaram à reunião os Conselheiros: Paulo Rosa (ausência justificada), António Morão Lourenço (ausência justificada), Nuno Russo (ausência justificada), Ricardo Roque e Beatriz Claudino (ausências não justificadas).

Verificada a existência de quórum deliberativo, e antes de se passar à Ordem de Trabalhos, o Presidente do Conselho Geral, propôs aos presentes a retirada do Ponto 6 da OT “*Apreciação do Regulamento Disciplinar dos Estudantes, Carta de Direitos e Garantias e Código de Ética, de Conduta e de Boas Práticas do Instituto Politécnico de Santarém*”, por se tratar de um ponto muito importante e que merece uma análise e uma reflexão mais profundas por parte deste Conselho, incompatíveis com a distribuição tardia do documento a todos os Conselheiros, razão que o levou a propor a retirada do documento e a sua apresentação na próxima reunião, proposta que foi aceite por todos.

Passando ao Ponto 1 da OT propriamente dita, o Presidente do Conselho Geral passou ao Ponto 1 “*Informações*”, questionando o Presidente do Instituto, Professor João Moutão, se tinha alguma informação a dar, tendo este transmitido as seguintes informações:

- A Presidente do Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), Professora Maria José Fernandes, foi eleita nova presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), cargo que deverá ocupar até 2024, tendo, ainda, informado os presentes que esta Professora era a Vice-Presidente do CCISP, que foi eleita por unanimidade, sendo a primeira mulher a assumir a Presidência do Conselho;
- Uma delegação do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) foi recebida no dia 10 de fevereiro em audiência com o Senhor Primeiro-Ministro António Costa, no âmbito da preparação do próximo ciclo de governação. Nesta audiência, o CCISP defendeu o aumento do financiamento, sublinhando a importância das instituições que o integram para a qualificação das populações, bem como o impacto de que se reveste o seu contributo para a coesão dos territórios. Foi ainda referida a importância dos politécnicos para o aumento da competitividade empresarial e a necessidade de aumento do apoio social aos estudantes. Da reunião ficou a ideia de continuidade da política seguida e do reforço nas áreas do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia no próximo Governo;
- De acordo com informação recebida hoje no CCISP, foi nomeado um grupo de trabalho para a preparação do novo guião de avaliação Institucional para o próximo ciclo de avaliação, a iniciar em 2023, sendo que, no decorrer do corrente ano, já terão lugar

reuniões de trabalho com as Instituições de Ensino Superior (IES) para a definição do guião de avaliação Institucional.

Os sistemas de garantia de qualidade serão avaliados no âmbito da própria avaliação institucional, referindo que haverá uma mudança no paradigma de avaliação, a qual terá um carácter mais qualitativo de avaliação da missão da instituição, bem como que o papel de cada instituição no território;

- No âmbito do processo de implementação da marca e identidade “Politécnico de Santarém”, já se encontra disponível a nova página Institucional do IPSantarém, informando que, no decorrer do mês de março, serão atualizados os websites de cada Unidade Orgânica (UO), garantindo, desta forma, uma coerência de imagem e eficiência na atualização de conteúdos;
- Durante o mês de março terá, também, início a migração para uma plataforma única de Gestão Académica. Trata-se de um processo de parametrização que tem por objetivo a definição de orientações comuns para todas as Escolas no que respeita aos processos de avaliação e de calendário letivo, entre outros;
- Neste dia 28 de fevereiro, terminou o prazo para a apresentação de manifestações de interesse para o financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) do Programa Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), com um pacote financeiro de 375 milhões de euros e o objetivo de criar 15.000 camas a custo controlado até 2026.

O IPSantarém apresentou 7 (sete) manifestações de interesse, designadamente: a requalificação das atuais 3 residências de estudantes (281 camas); a reconversão em residência de 2 edifícios do instituto, um na ESES (30 camas) e outro na ESAS (74 camas); a construção de duas novas residências, uma no Campus da ESDRM (100 camas) e outra nos edifícios de São Bento cedidos pela autarquia de Santarém (140 camas).

No total, estas candidaturas representam um aumento da capacidade atual de alojamento em 344 novos quartos e um investimento total previsto de 13 milhões de Euros e terá de ser executado até 2024.

A este respeito deu, ainda, conta de uma candidatura apresentada pela Autarquia de Rio Maior, tendo em vista a requalificação de dois edifícios na zona histórica desta cidade, que serão disponibilizados ao IPSantarém e que, na prática, permitirá a disponibilização de mais 62 camas.

Em caso de aprovação de todas as candidaturas, o IPSantarém passará das atuais 281 camas para as 687 camas, representando um aumento de 406 camas (+244%), 162 na cidade de Rio Maior e as restantes 244 em Santarém;

- Encontra-se em fase de implementação os consórcios Meridies e “Entre o Tejo e o Mar”. Prevê-se que, no próximo ano letivo, arranquem mais 4 novos CTeSP, que se juntam aos três (novos) cursos que já arrancaram este ano.

No âmbito da formação de adultos, o desenho de formações arrancou mais tarde, mas já estão a ser preparadas (a) oito novas Pós-Graduações para arrancarem neste e no próximo ano e (b) vinte microcredenciais;

- Considerando a quase inexistente formação orientada para os “Adultos” bem como os compromissos formativos do IPSantarem, durante o período de vigência do PRR (2021-2025), no que respeita à realização, quer de Pós-Graduações, quer de “microcredenciais”, foi designada uma Vice-Presidência para intervir, neste e noutros domínios, no âmbito da execução de novos financiamentos do PRR, como é o caso das residências de estudantes;
- No passado dia 23 de fevereiro decorreu com grande sucesso a conferência internacional Digital Innovation: Moving Forward. O evento contou com vários intervenientes e parceiros institucionais e permitiu a partilha de boas práticas no âmbito da transição digital e da constituição de universidades europeias;
- Por último, e considerando a situação de urgência humanitária o IPSantarém está a fazer um levantamento dos protocolos de cooperação em curso com instituições de ensino superior ucranianas, disponibilizando vagas para acolhimento de estudantes ucranianos no âmbito dos diversos ciclos de estudo (i.e., mestrados, licenciaturas; CTeSP).

Não havendo mais nenhuma informação a prestar, o Senhor Presidente do Conselho Geral, questionou os presentes se queriam intervir, tendo intervindo os Conselheiros:

- Nuno Jorge, que começou por agradecer as informações prestadas, tendo colocado duas questões relacionadas com a informação que é disponibilizada, não só aos membros deste Conselho (que deve ser clara e transparente), mas também a toda a Comunidade Académica. A primeira está relacionada com a existência de um novo site, que desconhecia, apesar de saber que estavam a ser desenvolvidos trabalhos para a renovação da imagem do Instituto, mas desconhecia que o novo site já estaria disponível. A outra questão, também uma novidade, tem a ver com o reforço da equipa presidencial. Tratando-se de um tema que, pela importância que assume, merece um desenvolvimento, uma justificação e uma informação mais detalhada, não só a este Conselho, mas também a toda a Comunidade.
- António Vicente que, também, solicita informação sobre o reforço da equipa Presidencial, até porque na campanha foi assumida, pelo, então, candidato João Moutão, ser sua intenção ter uma equipa mais reduzida, o que, não sendo o caso, gostaria de ser esclarecido

Quanto ao mais, aproveitou a oportunidade para manifestar a sua discordância com a ideia de instalar uma Residência no Colégio do Regente, com um total de 74 camas e isto porque, este Colégio já foi um internato no tempo dos regentes agrícolas, mas com um controlo completamente diferente, com um segurança 24 sobre 24 horas.

Pensa que seria mais lógico aplicar as verbas na ampliação da Residência de Estudantes que está fora do espaço da Escola Agrária em detrimento daquela solução, desde logo porque tem dúvidas quanto à forma de se controlar a existência de uma residência dentro de um Campus com a especificidade que a Quinta do Galinheiro apresenta e que pode colocar em causa a segurança de todos.

Por último, abordou, ainda a questão dos cursos descentralizados pedindo informação sobre a relação de custo-benefício deste aumento de três para sete (mais quatro), sabendo-se que, por exemplo, nas áreas da ESAS não há muita procura e que se tem de fazer um controlo dos ETI's.

➤ Presidente do IPSantarém, Professor João Moutão que, em resposta às questões colocadas pelos Conselheiros Nuno Jorge e António Vicente, informou:

a) Quanto à questão do website e das mudanças que estavam previstas no Plano de Atividades, discutido no Conselho Geral, considera que já são do conhecimento de toda a Comunidade, por se tratar de informação bem divulgada por todos.

Quanto à forma como a informação é colocada a circular, assumiu a necessidade de ser alterada, comprometendo-se a reforçar a informação junto da comunidade, através, por exemplo da Newsletter.

b) Relativamente à questão do reforço da equipa presidencial, que o mesmo decorre do desafio que resulta do aumento do financiamento do PRR para financiamento da oferta nova formativa e de outros financiamentos a atribuir ao Instituto, do qual resulta uma necessidade de um acompanhamento mais próximo e de uma articulação com entidades empregadoras, com setores socioprofissionais, com pessoas que estão já no mercado de trabalho, incompatível com uma equipa de duas pessoas como temos.

Trata-se de uma necessidade sentida, não só pelo IPSantarém, mas também por outras Instituições da mesma dimensão. Saliou, ainda que, mais importante que o número de pessoas que integram a equipa da Presidência, é chegar ao fim do Plano com um nível de execução e cumprimento muito próximo dos 100%. Temos de dar resposta a todos os desafios.

c) No tocante à questão do Colégio dos Antigos Regentes, a questão colocada é a mesma que se coloca quanto à Residência Andaluz, que funciona dentro do Campus e quanto à Residência de Rio Maior, que fica sedeada dentro do Campus de Rio Maior. A questão do controlo é resolvida pela existência de sistemas de segurança para vigilância dos espaços em causa.

d) Já, no tocante à questão do aumento das formações descentralizadas, considera que se trata de formações totalmente financiadas e em que tudo é um ganho/lucro para o Instituto.

- Cristina Novo, que, relativamente à questão da nova página e do novo portal do Instituto, referiu que se trata de informações que já haviam sido dadas pelo Senhor Presidente do Instituto, na sessão de abertura do ano letivo, tendo sido lançados, entretanto.

Congratulou-se com o lançamento do website, de facto, enquanto membro da comunidade IPSantarém e em nome do que tem vindo a ser falado neste Conselho, aproveitando a oportunidade para dar conta da dificuldade de visualização de determinados conteúdos, sugerindo que se corrijam estes aspetos em decorrência das sugestões propostas pelos membros da comunidade.

Reiterou, ainda, uma ideia que já havia dado, atenta a importância que reveste e que é a possibilidade de serem apresentadas candidaturas espontâneas do pessoal docente, o que viria a facilitar o processo de contratação de docentes quanto tal fosse necessário.

Quanto ao reforço da equipa presidencial deu conta que gostaria de ter sido informada da nomeação do novo elemento na reunião anterior e não através do site.

- Marília Henriques que, relativamente à questão do reforço da equipa presidencial, partilha da opinião dada pelos Conselheiros que abordaram a questão; no tocante às eventuais obras no Colégio dos Regentes, na Escola Superior Agrária, chama a atenção para o facto de o edifício em causa ter muitos gabinetes de Professores, o que deve ser tido em conta. Em seu entender, o destino a dar ao edifício requalificado deveria ser a sua disponibilização para a receção a colegas de outras instituições e não a estudantes.

Relativamente à questão do PRR e, mais concretamente, à oferta disponibilizada dos CTEsP, tem dúvidas que, com o financiamento decorrente do PRR, a formação deslocalizada, por exemplo em Arruda dos Vinhos, não venha a traduzir-se numa situação de concorrência com a formação ministrada na ESAS, com claro prejuízo desta, podendo, inclusive, determinar o encerramento destas formações, com as questões que uma situação destas poderá importar para o funcionamento da escola.

- Em resposta a estas duas intervenções, o Presidente do IPSantarém esclareceu que a oferta formativa deslocalizada tem um objetivo complementar face à existente na ESAS e não o de importar o encerramento da formação de raiz. Em seu entender, o que faz sentido é tentar a realização de formações que centralmente não funcionem tão bem e

aí aproveitar o que estas oferecem, isto é, o financiamento para o corpo docente, as bolsas para os estudantes.

Reforçou, ainda, a ideia de que o problema está ao nível da ausência de estratégia e articulação entre os vários agentes quanto à formação de adultos, referindo, a este propósito (em ligação à outra questão que é colocada), que o Vice-Presidente recentemente empossado já reuniu com todas as direções e já tem oito Pós-Graduações para arrancar no próximo ano e doze Microcredenciais para iniciar.

O importante é que se trata de formação financiada a 100% e que é preciso executar sem qualquer receio, sob pena de não se aproveitar esta oportunidade de se afirmar o Instituto.

Relativamente ao Colégio dos Regentes reiterou a ideia de que a inclusão deste edifício, no âmbito dos projetos inseridos na candidatura apresentada no PRR, deve ser vista como uma oportunidade para requalificar um edifício que necessita de obras e que nunca mais vai ter uma oportunidade de financiamento como esta.

Quanto à questão do website, das melhorias que se venham a revelar necessárias, solicita a todos que estas propostas devem ser remetidas para o Gabinete de Comunicação.

No tocante à questão do novo Vice-Presidente assume a sua "*mea culpa*" por não ter informado o Conselho Geral, mas pensou que não seria necessário.

Finalmente, pronunciou-se sobre a necessidade de a instituição criar uma bolsa de recrutamento, constituída por docentes seriados pelo seu currículo, aptos a serem chamados em caso de necessidade. Este é um objetivo do Instituto, mas, no presente, ainda não há condições para se avançar neste sentido.

Esclarecidas estas questões, o Senhor Presidente do Conselho Geral propôs aos presentes que se passasse ao **Ponto 3 da OT "Ponto de situação dos trabalhos da Comissão de Revisão dos Estatutos"**, atendendo à limitação de tempo da Conselheira Marília Henriques (que tinha de ir dar uma aula), proposta aceite por todos.

Neste ponto a Conselheira Marília Henriques, em representação da Comissão de Revisão dos Estatutos, informou os presentes que a Comissão reuniu, na primeira semana de janeiro, com

os Presidentes ou Vice-Presidentes dos Institutos Politécnicos de Bragança, Cávado e Ave, Setúbal e Viana do Castelo e, no decorrer do mês de fevereiro, com os Diretores das cinco unidades orgânicas, seguindo o cronograma previamente elaborado.

Considera que se tratou de reuniões muito produtivas, em que, durante trinta/quarenta minutos, se procuraram respostas objetivas, concisas, de acordo com um guião preparado especificamente para a realização destas reuniões, tendo em vista os objetivos traçados para a sua realização, tendo, ainda, informado que, de acordo com o plano traçado, a Comissão irá reunir com os Presidentes de outros órgãos (Assembleias de Escola, Conselhos Técnico-Científicos e Conselhos Pedagógicos), prevendo a apresentação de um primeiro draft a este Conselho no final do mês de março, princípios de abril.

Feito o ponto de situação, o Presidente do Conselho Geral questionou os presentes sobre se queriam colocar alguma questão. Como não houve nenhum pedido de intervenção, regressou-se ao **Ponto 1 “Informações”** tendo intervindo:

- Vânia Neto que, (a) relativamente à questão suscitada sobre o novo web site, manifestou a sua admiração com as afirmações produzidas, de que não teriam tido conhecimento sobre a sua, quando o assunto foi tratado na sessão solene de abertura e o estranho é de só agora estar online; (b) quanto a passar-se a ter uma Plataforma da Gestão Académica única, transversal a todo o Instituto, considera uma boa decisão; (c) no tocante à contratação de novos recursos para a instituição acha bem, dando, inclusive, a ideia da contratação de um profissional que assuma toda a área da comunicação do Instituto; (d) quanto à candidatura apresentada no âmbito do PRR, que considera que, eventualmente, em vez de se apresentar uma Candidatura tão abrangente, se deveria ter apostado em duas ou três grandes candidaturas e não ter sido apresentada uma candidatura tão ambiciosa como foi feito, de forma a agradar a todos; (e) relativamente ao edificado que não venha a ser abrangido pelo financiamento pelo PRR, considera que se deve ponderar a disponibilização de espaços para incubar empresas ou para incubar ideias dentro do próprio instituto, para receber empresas, por exemplo, na área do *agrotech*; (f) quanto às micro credenciais, considera que podem vir a assumir uma grande importância no Instituto, justificando, por completo, a contratação de alguém que assuma a sua coordenação. Chama, todavia, a atenção para a

necessidade de se garantir que estas formações correspondem às necessidades do mercado de trabalho, para o que se revela imprescindível o aprofundamento da ligação do Instituto às empresas, de forma a que se continue a formar para a empregabilidade.

- Maria do Céu Martins que, relativamente às matérias em discussão, chamou a atenção para (a) a desarticulação e a duplicação de tarefas entre os Serviços das diversas Unidades Orgânicas; (b) a dificuldade de uma só pessoa assegurar a comunicação de todo o Instituto, informando, quanto ao website, que a sua operacionalização deveria ter passado pela colaboração de todos os serviços, que permitisse o envio de toda a informação a colocar, o que não foi feito e que levou a que a operação se arrastasse no tempo; (c) a questão das carreiras dos não docentes, referindo que é preciso dotar os serviços com recursos com competências que permitam elevar o nível de qualidade do serviço prestado; (d) a necessidade de os serviços funcionarem em rede, tornando a informação credível e fiável.
- Em resposta às questões colocadas, o Presidente do IPSantarém entendeu apresentar algumas reflexões: (a) O importante é discutir o Instituto, aprender o mais possível com as reflexões que se fazem; (b) Pedes desculpa ao Conselho e aos Conselheiros, relativamente à não partilha (atempada e antecipada) da entrada em funções do Vice-Presidente recentemente empossado (Prof. Doutor Hélder Cardoso Pereira). Concluiu este ponto dando conta do seu empenho para que as relações do Conselho Geral com a Presidência do Instituto continuem a pautar-se pela confiança e transparência; (c) É necessário caminhar no sentido da transversalidade dos serviços prestados, potenciando os resultados para uma escala de Instituto e não ficar numa escala de escola; (d) A questão essencial é que se torna necessário mudar o paradigma na forma como se trabalha no Instituto. É preciso atuar de forma articulada, em prol de um desiderato comum: construir uma instituição de referência.
- Nuno Jorge que, numa breve síntese referiu que, (a) concorda inteiramente com as intervenções das Conselheiras Cristina Novo, Vânia Neto e Maria do Céu Martins; (b) percebe os argumentos elencados pelo Presidente do IPSantarém, mas acha que os exemplos devem vir de cima e, não querendo colocar em causa as escolhas assumidas, coloca, todavia, em causa, o método comunicacional utilizado.

- Pedro Ribeiro que chamou a atenção para a necessidade de as pessoas se mobilizarem no sentido da conjugação de esforços em prol dum bem maior, o Instituto e não como até agora em que cada um defende, única e exclusivamente, a sua "Quintinha".
- Vânia Neto, que, relativamente à oferta formativa em Inglês, deu conta que lhe foi reportado, por estudantes ERASMUS, que o IPSantarém não disponibiliza aulas em Inglês, o que os leva a sentirem-se defraudados. Considera que se deve apostar no reforço da oferta formativa nesta área.
- Em resposta ao solicitado o Presidente do IPSantarém confirmou a informação dada pela Conselheira, passando a palavra à Conselheira Maria do Céu Martins para que, na qualidade de Trabalhadora afeta ao Gabinete de Cooperação Internacional, informasse o Conselho Geral sobre a situação do IPSantarém quanto a esta matéria.
- Maria do Céu Martins que, na sequência do referido pelo Presidente do IPSantarém, referiu que: (a) o argumento reiteradamente utilizado pelo corpo docente é o de que não se sentem à vontade para falar inglês, apesar de se verificar que muitos falam inglês; (b) um exemplo do que deve acontecer está na Escola Superior de Desporto de Rio Maior em que, de um ano letivo para o outro, organizou uma oferta formativa de 30 ECTS para cada semestre e manteve-se comprometida com esta opção, mesmo quando apenas tinha 10 alunos. O importante não é conseguir ter um grande número de estudantes, mas sim considerar, como prioritário, estratégico e interessante, ter oferta formativa em inglês; (c) não há cursos ERASMUS, a oferta formativa, em inglês, é a oferta formativa que faz parte do currículo das diversas licenciaturas que a escola oferece e que os estudantes podem escolher dentro daquele leque para fazerem 30 ECTS, que é o que tem que ser feito por semestre; (d) com 10, 20 ou 25 estudantes interessados aquela oferta funciona e é possível que os alunos integrem esta oferta nas suas licenciaturas de origem que é isso que se pede; (e) a dificuldade no campus Andaluz, tem sido ter oferta formativa em número suficiente para formar os 30 ECTS em cada semestre que seja coerente, desde logo porque não se pode disponibilizar unidades curriculares desgarradas; (f) é necessário coordenar melhor os esforços e assumir a oferta formativa em inglês como fundamental e estratégica para o crescimento do Instituto.

Esclarecidas todas as questões e nada mais havendo a referir sobre este ponto, passou-se ao **Ponto 2 da OT “Aprovação da Ata da reunião anterior (Ata n.º 1)”**. Considerando que o texto das Atas foi previamente remetido aos presentes que, por email, remeteram as suas propostas de alteração do respetivo texto, o Presidente do Conselho Geral questionou se alguém tinha mais alguma observação ou consideração a fazer sobre o texto.

Sobre este ponto intervieram os Conselheiros:

- João Nascimento, para sugerir que, nas aprovações, se especificasse quem participou em cada votação, em detrimento da utilização da expressão “*aprovado pelos presentes*”.
- Cristina Novo, que apresentou um pedido de esclarecimento sobre: (a) quem secretaria as reuniões na ausência da Secretária eleita; (b) a presença da Dr.^a Maria Feliciano Cardoso no Conselho Geral que, tendo sido designada para apoio a este Conselho, participa nas reuniões não sendo esta presença reportada nas Atas lavradas das reuniões.
- Maria do Céu Roldão que, relativamente a esta matéria, referiu que: (a) este Conselho aprovou a designação da Dr.^a Maria Feliciano Cardoso como apoio e suporte ao Secretário eleito pelo Conselho; (b) este apoio não pode assumir a natureza de substituição do Secretário eleito nas suas faltas e/ou impedimentos; (c) neste caso deve ser prevista a forma de substituição, não devendo ser o mais novo, mas sim por alguém que seja indicado e que até se ofereça para ficar nessa condição, sempre com o apoio da Dr.^a Maria Feliciano Cardoso, cujo apoio deve ficar explicitamente na ata, mas não na função de Secretária; (d) sobre quem entrou, quem aprovou ou não, esteve até ao ponto tal, saiu no ponto tal, é uma coisa que, ou é registado pela pessoa que está a fazer a ata ou que está a apoiar, ou é registado pelo próprio que indica; (e) considera que, quando vai o projeto de ata, cada Conselheiro deverá indicar o nome, acompanhada de uma das menções: “*aprovei*”, “*só estive até ao ponto tal*”.
- Em resposta às questões colocadas o Conselho Geral deliberou que: (a) quanto às ausências da Secretária eleita (Maria Regina Ferreira), o Conselho no início da reunião a que a ausência se reporta, indique o Conselheiro que deverá assumir a função de Secretário/a; (b) a presença da Dr.^a Maria Feliciano Cardoso deverá constar da Ata das

reuniões; (c) cada Conselheiro, ao receber a proposta de ata, deverá indicar o nome, acompanhado de uma das menções: “*aprovei*”, “*só estive até ao ponto tal*”.

Como nada mais foi referido sobre a matéria, foi submetido o texto da Ata 1/2022 à votação dos Conselheiros, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria dos membros presentes na reunião, registando-se a abstenção dos Conselheiros João Nascimento (que referiu ter participado na reunião durante um período de tempo reduzido, devido a avaliações aos estudantes) e Leonor Teixeira.

Não havendo mais questões o Presidente do Conselho Geral passou ao **Ponto 4**, “***Ponto de situação dos trabalhos de elaboração da Estratégia 2020/2030***”, passando a palavra ao Presidente do IPSantarém. A este respeito informou os presentes de que: (a) a proposta apresentada ao Conselho foi analisada pelo Conselho Consultivo de Gestão, onde estão também as direções das Escolas, o Administrador e os Vice-Presidentes; (b) houve uma grande aceitação e consenso em relação às propostas, o que é positivo; (c) do ponto de vista da necessidade, trata-se de um instrumento que orienta a organização como um todo; (d) a fase seguinte será a da operacionalização daquela proposta com a componente dos objetivos operacionais e, também, a definição dos indicadores e das metas; (e) neste momento estão a ser promovidas algumas reuniões e *focus groups*, nas diferentes áreas de intervenção para consubstanciar toda essa informação; (f) a proposta também foi submetida à apreciação do Conselho Científico-Pedagógico, que dedicou especial atenção à componente do ensino e à necessidade de se promover a interdisciplinaridade entre escolas.

Feito o ponto de situação dos trabalhos de elaboração da Estratégia 2020/2030 o Senhor Presidente do Conselho Geral perguntou aos presentes se tinham alguma questão a colocar. Não havendo mais intervenções sobre este ponto, o Presidente do Conselho Geral passou ao **Ponto 5 da OT “*Fixação do valor das propinas devidas pelos estudantes para 2022-2023*”**.

Para o efeito, passou a palavra ao Presidente do IPSantarém, pedindo-lhe que apresentasse o documento remetido a este Conselho, o que fez referindo que: (a) a definição do valor da propina a pagar pelos estudantes é uma competência legalmente atribuída ao Conselho Geral; (b) a proposta apresentada baseia-se na manutenção dos valores que estavam já em vigor no ano letivo de 2020/2021 e que estão em vigor durante o presente ano letivo (ano

letivo de 2021/2022); (c) o timing escolhido para a sua apresentação tem a ver com o facto de se estar a iniciar o processo de candidatura para o próximo ano letivo, no que diz respeito ao estudante internacional, afigurando-se necessário fixar os montantes atempadamente, de forma a que essa informação possa ser disponibilizada aos próprios candidatos; (d) o valor da propina para os CTEsP é de 600,00€. Mantém-se o valor porque, em seu entender, não vale a pena aumentar, sob pena de ter de deduzir esse valor no apoio atribuído para os CTEsP (relembre-se que se trata de formações financiadas, afigurando-se o valor como sendo perfeitamente aceitável, estando em linha com o praticado nas outras instituições; (e) o valor da propina para os cursos de licenciatura é fixado pela Tutela; (f) o valor da propina dos cursos de mestrado é o valor que tem sido praticado e que, em seu entender, deve ser mantido para o próximo ano; (g) estão previstas situações específicas, designadamente, o caso de estudantes que se encontrem numa situação de emergência, por razões humanitárias, em que não é cobrado qualquer valor; (h) está prevista a cobrança do valor da propina de estudante internacional e, ainda, a redução das propinas para trabalhadores da instituição, de forma a apoiar a sua formação.

No geral, é a informação que importa dar quanto ao enquadramento da proposta entregue ao Conselho Geral. Referiu, ainda, que a acompanhar a proposta remeteu um parecer emitido pelo Conselho Consultivo de Gestão (que o aprovou por unanimidade), que solicita seja apenso à proposta inicialmente remetida para o Conselho.

Apresentada a proposta, o Senhor Presidente do Conselho Geral perguntou aos presentes se queriam algum esclarecimento, tendo sido registadas intervenções dos seguintes Conselheiros:

- Nuno Jorge que, depois de manifestar a sua concordância com a proposta apresentada manifestou a sua preocupação com o facto de o Conselho Geral estar a apreciar e a deliberar sobre uma matéria analisada, debatida por este Conselho sem a presença de qualquer representante dos Estudantes, sendo uma matéria que lhe diz diretamente respeito.

Apesar de não haver forma de os obrigar a participar nas reuniões, entende que o Senhor Presidente é a pessoa indicada para fazer e exercer, quanto a esta matéria, uma magistratura de influência, junto dos estudantes, no sentido de reforçar a importância

de estarem presentes nestas reuniões, já para não falar na possibilidade de se equacionar a eventualidade de os alunos perderem o seu mandato.

Efetivamente desde que começaram as reuniões os estudantes não estão presentes e mesmo hoje, em que estavam estes dois assuntos agendados, também não estão presentes.

Em suma, o Conselho Geral vai decidir sobre algo que diz diretamente respeito aos estudantes, sem o seu parecer, o que não acha que deva suceder.

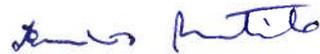
- Em resposta, o Presidente do Conselho Geral concorda com esta observação, ainda que o Conselho Geral tenha legitimidade para decidir mesmo sem a presença dos estudantes. Considerou pertinente a questão e concordou com a proposta de se levarem a cabo as diligências necessárias para garantir a presença dos estudantes, até porque o que está em causa é a representação de um dos corpos, em decorrência de eleições realizadas para o efeito.
- Leonor Teixeira que, a este respeito, manifestou a sua intenção de se abster, por uma questão ética (tem um filho que é estudante do IPSantarém).
- João Nascimento que, relativamente ao valor a pagar pelos trabalhadores do Instituto, considera que a proposta não está muito perceptível, solicita informação sobre a mesma.
- Nesse sentido pronunciou-se, também, o Conselheiro Nuno Jorge.

Em resposta ao solicitado, e tendo em conta que a proposta não está suficientemente clara sobre o valor das propinas de apoio para os trabalhadores do IPSantarém, foi sugerido que a proposta fosse submetida à votação dos presentes, assumindo o Senhor Presidente do Instituto o compromisso de introduzir um outro ponto que, de forma expressa, preveja, para os trabalhadores do IPSantarém, no segundo ciclo, uma redução de 50% do valor da propina a pagar.

Neste sentido, o Senhor Presidente do Conselho Geral colocou a proposta de fixação do valor das propinas a pagar pelos estudantes para o ano letivo de 2022/2023 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos presentes, registando-se a ausência da Conselheira Marília Henriques e a abstenção da Conselheira Leonor Teixeira.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Geral, Hermínio Paiva Fernandes Martinho, deu por encerrada a reunião pelas 19:54h, da qual se lavrou a presente Ata, com tudo o que de relevante nela se passou.

O Presidente do Conselho Geral,



(Hermínio Martinho)

A Secretária,



(Maria Regina Ferreira)